

PARECER JURÍDICO

I DO RELATÓRIO

Cuida-se de análise jurídica a respeito de recurso interposto pela licitante **IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA** contra a decisão de classificação e habilitação da empresa **MICHAEL F FIATKOSKI**, inscrita no CNPJ 28.311.996/0001-75, referente ao item 02, cujo descritivo é "PNEU 1400/24 RADIAL 16 LONAS BORRACHUDO" – Pregão nº 80/2023.

Em suas razões, aduz a recorrente que a recorrida MICHAEL F FIATKOSKI deixou de apresentar o atestado de capacidade técnica, exigido na página 11 do edital. Afirma que tal documento não é possível consultar no SICAF, pois trata-se de DOCUMENTOS COMPLEMENTARES RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Em sua parte concludente, requer seja efetuada a desclassificação da empresa MICHAEL F FIATKOSKI no item 02 e que a recorrente seja considerada vencedora do referido item.

É o breve relatório.

III DO MÉRITO

No caso em apreço, a controvérsia cinge-se em analisar se a recorrida comprovou, a contento, sua qualificação técnica para o objeto licitado.

Pois bem.

A recorrente narra que a recorrida deve ser inabilitada do certame por deixar de apresentar documento exigido no edital. Segundo a recorrente, o atestado de capacidade técnica não pode ser consultado no Sicaf.

Quanto a esse sistema, a Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 dispõe que:

Art. 14. O registro no módulo Qualificação Técnica supre a exigência do inciso I do art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993.

§1º Os documentos relativos à Qualificação Técnica deverão ser inseridos pelo interessado no Sicaf, conforme disposto no § 1º do art. 6º.

De igual forma, o Decreto nº 10.024/2019 já era claro ao dispor que os licitantes não precisariam apresentar documentos de habilitação que constem no Sicaf. Confira-se:

Art. 26 (...)

§2º Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf e de sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

Feito estas considerações, não se vislumbra qualquer irregularidade capaz de culminar na inabilitação de determinado licitante pelo fato de não ter apresentado documento de habilitação se, por outro lado, tal documento



Jefferson Vilela

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

já consta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

A inabilitação do licitante, como requer a recorrente, iria de encontro ao princípio do formalismo moderado, cuja observância deve ser observada pela Administração, a qual deve guardar conformidade com o complexo normativo que rege as relações jurídicas e o direito administrativo, com o objetivo precípuo de privilegiar o interesse público.

E mais. A inabilitação da recorrida afrontaria o princípio da economicidade (vantajosidade); o princípio da eficiência e o princípio da supremacia do interesse público.

Como é cediço, a Administração deve sempre buscar contratos mais vantajosos economicamente. E uma das principais medidas para a aplicação desse princípio é a adoção do critério menor preço.

No caso em tela, a recorrida apresentou o menor preço para o item em questão. Entender pela sua inabilitação, por uma mera formalidade, fere o princípio da economicidade, pois a Administração estaria se apegando ao rigor exagerado em detrimento do interesse público.

Igualmente, eventual inabilitação da empresa iria contra a própria eficiência, pois o que importa é que o documento foi efetivamente apresentado para a Administração.

Pensar o contrário também atingiria o próprio interesse público, pois a maior vantagem para o interesse da população

JEFFERSON VILELA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
10.412/2019
CNPJ: 37.762.892/0001-78
OAB/RJ 221.547 / OAB/BA 63.686 / OAB/DF 75.483

www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br
contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
(24) 3027-1850 / (24) 9 8113-5474 / (71) 9 9610-8277

RIO DE JANEIRO: RUA 2, Nº. 9, SALAS 606 / 607, ED. VERTICAL
VILA - CONFORTO - VOLTA REDONDA - RIO DE JANEIRO

BAHIA: AV. TANCREDO NEVES, Nº. 620, SALA 607 ED. MUNDO
PLAZA EMPRESARIAL. CAMINHO DAS ÁRVORES - SALVADOR/BA



Jefferson Vilela

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

é quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa aos cofres públicos.

Percebe-se, portanto, que os resultados decorrentes da inabilitação da recorrida somente trariam prejuízos à Administração Pública, sendo completamente desarrazoado pautar-se no formalismo exagerado se, na prática, a exigência editalícia foi atendida.

III CONCLUSÃO

Ante o exposto, não se vislumbra qualquer irregularidade quanto à decisão que habilitou a licitante **MICHAEL F FIATKOSKI**, razão pela qual opina-se pela **TOTAL INIMPROCEDÊNCIA** do recurso.

Bocaiúva do Sul/PR, 19 de fevereiro de 2024.

Jefferson Costa Vilela Pereira

OAB/RJ n° 221.547

OAB/BA n° 63.686

OAB/DF n° 75.483

JEFFERSON VILELA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
10.412/2019
CNPJ: 37.762.892/0001-78
OAB/RJ 221.547 / OAB/BA 63.686 / OAB/DF 75.483

www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br
contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
(24) 3027-1850 / (24) 9 8113-5474 / (71) 9 9610-8277

RIO DE JANEIRO: RUA 2, Nº. 9, SALAS 606 / 607, ED. VERTICAL
VILA - CONFORTO - VOLTA REDONDA - RIO DE JANEIRO

BAHIA: AV. TANCREDO NEVES, Nº. 620, SALA 607 ED. MUNDO
PLAZA EMPRESARIAL. CAMINHO DAS ÁRVORES - SALVADOR/BA